

21 FEV. 1993 Avaliação continuada

SERGIO COSTA RIBEIRO

Nas últimas semanas nos surpreendemos com decretos e decisões do Conselho Estadual de Educação sobre esse "modelo" de escola sem repetência. Baseiam-se em dados que desmascararam um mito sexagenário; de que a população brasileira não se interessa pela educação e que suas crianças desistem cedo da escola devido a condições sócio-econômicas perversas e toda a sorte de equívocos similares. Hoje, sabe-se que no Brasil as crianças passam, em média, quase nove anos freqüentando a escola elementar de oito séries, e apenas 34% conseguem terminar levando, em média, 12 anos para isto.

A constatação de que numa escola o número de alunos na 2ª série é a metade do número de alunos da 1ª série induz, por ignorância, de que se trata de um problema de fluxo, a idéia de que esta diferença está ligada a uma enorme evasão escolar entre estas séries, 53% segundo o nosso governador. Se este raciocínio for levado um pouco mais adiante, vemos que o número de alunos na 5ª série dessa mesma escola é maior que o número de alunos na 4ª série, o que levaria à conclusão de que existe uma evasão "negativa" entre estas séries, um óbvio absurdo. Na realidade, estes números indicam apenas que a taxa de repetência da 1ª série é bem maior que a da 2ª série e que a taxa de repetência da 5ª série é maior do que na 4ª.

Os cálculos corretos das taxas de evasão mostram que ela é muito pequena entre a 1ª e a 2ª séries (3% aproximadamente) e mesmo assim a idade em que esta evasão ocorre mostra que os alunos já cursaram vários anos de escola, repetindo várias vezes esta série. O que isto está nos dizendo é que a repetência precede a evasão e que esta evasão não é precoce. A leitura feita pelas autoridades do Governo estadual de que é a repetência a causa de uma evasão precoce dos alunos não se sustenta diante dos dados. Mesmo diante de indicadores corretos sempre há espaço para uma leitura equivocada.

O grave, no entanto, é que estamos colocando o carro na frente dos bois, mais uma vez. A repetência é consequência de uma cultura escolar e social perversa e não a causa do fracasso escolar.

Para mudarmos isto de nada adianta "obrigarmos" os professores a deixar todos os alunos passarem. As experiências do passado recente mostraram que a promoção automática (ou qualquer outro neologismo que se invente) produz nas escolas uma reação que cria formas alternativas de repetência, que mascaram as estatísticas oficiais como está ocorrendo com o Ciclo Básico de Alfabetização, de dois anos, nas redes estaduais de São Paulo e Minas Gerais. Apesar do discurso oficial, a repetência real não diminuiu rigorosamente em nada em relação à observada antes da implantação destes projetos (no máximo uma parte da repetência no 1º ano foi transferida para o 2º ano deste ciclo).

A cultura da escola seguramente reflete a própria cultura social. A luta consensual pela universalização da educação formal, tanto no discurso oficial como no anseio de mobilidade social pela educação da maioria dos excluídos e na reprodução das elites, se contrapõe à informação da existência (falsa) de uma enorme evasão precoce, disfarça a cultura subjacente de nossa elite de que, no fundo, a educação não é para todos. Na sala de aula vamos encontrar, no comportamento de professores e alunos, o microcosmo desta contradição.

Nossos professores estão acostumados a não dar importância à totalidade de suas turmas, é o que chamamos de "aula para a primeira fila". Não importa que a metade dos alunos venha repetir a série ou não aprenda. O importante é manter o "alto" nível das provas e que os melhores alunos eventualmente passem de ano. Nas escolas dos pobres há um total descolamento entre o professor e o tecido social de suas turmas, não raro toda a turma repete até na 1ª série. Este comportamento perpetua-se na escola brasileira por inércia e falta de uma política educacional coerente. Por outro lado, a vitimização dos alunos (e de suas famílias) faz parte da aceitação da estrutura de dominação da própria sociedade, independentemente do extrato social a que pertencem. Na escola e no social esta vitimização é mediada pela noção de fatalidade e/ou talento (ou falta dele).

Para o professor, sua função é despear conteúdos mais ou menos sistematizados dentro do limite superior de sua (in)competência e aos alunos a tarefa de assimilá-los. Não há pedagogia além da repetência, que faça a mediação no processo ensino-aprendizado. De fato, o professor reproduz o comportamento da própria sociedade e do Estado e não se responsabiliza pela totalidade de seus alunos, apenas por aqueles que conseguem acompanhá-lo, e se vangloria disso.

Esta é uma das principais dimensões da repetência. Nada vai realmente mudar se estes comportamentos não forem drasticamente alterados na escola de formação docente, na escola de todos e na própria sociedade. Teremos, portanto, que mexer em coisas bem profundas na cultura de nossa sociedade e de nossa escola antes que possamos ver a repetência real diminuir a níveis aceitáveis. Só aí poderemos, por decreto, abolir a reprovação, mas aí este decreto não será mais necessário.

Sergio Costa Ribeiro é pesquisador do Laboratório Nacional de Computação Científica e professor do Instituto de Estudos Avançados da USP.